

# **Receita Arrecadada pelos Municípios Paranaenses: Uma Análise dos Créditos Inscritos na Dívida Ativa e sua Relação com Fatores Econômicos e Sociais**

**Saulo Silva Lima Filho** (UFPR) - sslf87@hotmail.com

**Blênio Cesar Severo Peixe** (UFPR) - bleniocsp@gmail.com

## **Resumo:**

*Os créditos inscritos em dívida ativa recebem registro próprio, condicionados a apuração de sua liquidez e certeza. O reflexo do tratamento contábil dado ao fenômeno do registro deu-se em conta do ativo, que remete ao potencial de benefícios econômicos futuro para entidade. A arrecadação dos valores pactuados com o contribuinte no foro administrativo definindo valores e prazos. Este procedimento da similaridade tem acolhimento na Teoria Institucional caracterizado pela abordagem do isomorfismo coercitivo. O objetivo foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015. Verificou-se que os indicadores possuem relação com o estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecada pelos municípios paranaenses. A escolha dos aspectos econômicos e sociais tiveram relação com a Teoria Institucional pela conjuntura regulatória, econômica e demanda por maior accountability, criando um ambiente isomórfico coercitivo para garantir a legitimidade das ações municipais. Os fundamentos institucionais permitiram utilizar as variáveis na previsão das receitas que deixaram de ser arrecadadas nos exercícios anteriores. Portanto, as variáveis relacionadas ao desempenho financeiro, financiamento privado, desenvolvimento humano, mercado de trabalho e valor adicionado se mostraram relevantes e influentes no resultado do estudo.*

**Palavras-chave:** *Receita Arrecadada. Volume da Dívida Ativa. Análise dos Créditos Inscritos. Fatores Econômicos e Sociais. Municípios Paranaenses.*

**Área temática:** *Custos aplicados ao setor público*

## **Receita Arrecadada pelos Municípios Paranaenses: Uma Análise dos Créditos Inscritos na Dívida Ativa e sua Relação com Fatores Econômicos e Sociais**

### **RESUMO**

Os créditos inscritos em dívida ativa recebem registro próprio, condicionados a apuração de sua liquidez e certeza. O reflexo do tratamento contábil dado ao fenômeno do registro deu-se em conta do ativo, que remete ao potencial de benefícios econômicos futuro para entidade. A arrecadação dos valores pactuados com o contribuinte no foro administrativo definindo valores e prazos. Este procedimento da similaridade tem acolhimento na Teoria Institucional caracterizado pela abordagem do isomorfismo coercitivo. O objetivo foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015. Verificou-se que os indicadores possuem relação com o estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecada pelos municípios paranaenses. A escolha dos aspectos econômicos e sociais tiveram relação com a Teoria Institucional pela conjuntura regulatória, econômica e demanda por maior *accountability*, criando um ambiente isomórfico coercitivo para garantir a legitimidade das ações municipais. Os fundamentos institucionais permitiram utilizar as variáveis na previsão das receitas que deixaram de ser arrecadadas nos exercícios anteriores. Portanto, as variáveis relacionadas ao desempenho financeiro, financiamento privado, desenvolvimento humano, mercado de trabalho e valor adicionado se mostraram relevantes e influentes no resultado do estudo.

Palavras-chave: Receita Arrecadada. Volume da Dívida Ativa. Análise dos Créditos Inscritos. Fatores Econômicos e Sociais. Municípios Paranaenses.

### **1 Introdução**

O conceito de dívida ativa, segundo a Lei 4.320/64, corresponde aos créditos relativos à fazenda pública, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e que foram inscritos como tal, após apurada sua liquidez e certeza. Importa destacar que a dívida ativa se configura como um ativo, tendo em vista representar um direito do ente público, originado a partir do não recebimento de obrigações devidas por terceiros, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2017).

Adicionalmente, verifica-se, conforme Scarpin e Slomski (2007), que indicadores econômicos e sociais- medidas estatísticas representativas de realidades econômicas ou aspectos sociais mais abstratos- são, costumeiramente, utilizados para fins de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como para a confecção de projeções relacionadas ao objeto mensurado.

O cenário, anteriormente exposto, motivou a seguinte questão-problema norteadora desta pesquisa: qual a relação dos indicadores econômicos e sociais com o volume de estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos municípios paranaenses no período de 2010 a 2015?

Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015.

A seleção dos municípios paranaenses como amostra para esta pesquisa ocorreu em virtude da comparabilidade dos dados, uma vez que tal população se encontra sujeita a mesma

legislação estadual, e circunscrita a especificidades históricas, geográficas e climáticas comuns, criando um contexto propício para práticas isomórficas.

Justifica-se este estudo em razão de três diferentes aspectos: teórico - visa aplicar de forma empírica os conceitos dispostos na Teoria Institucional e prático - busca atender a recente demanda por maior *disclousure* e *accountability* no controle da dívida ativa. E a geração de conhecimento: testa a relação entre os pressupostos teóricos de sua aplicação prática, contribuindo para a geração do conhecimento a partir do entendimento sobre o comportamento de indicadores econômicos e sociais, com a interferência sobre o volume da dívida dos municípios paranaenses.

Ademais, o presente estudo permite que os conceitos presentes da Teoria Institucional, que fundamentam a relação entre organizações, especialmente, em ambientes homogêneos, sejam aplicados visando à melhoria no planejamento de ações que previnam e minimizem os impactos das receitas não arrecadadas e inscritas na dívida ativa.

O presente trabalho organizou-se em cinco seções: a primeira, introdutória; a segunda apresenta os principais conceitos que suportaram a pesquisa; a terceira descreve a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho; a quarta analisa e discute os resultados encontrados; a quinta expõe as conclusões do trabalho e sugestões para estudos futuros.

## **2 Marco Teórico**

### **2.1 Teoria Institucional**

Inicialmente, os estudos acerca das características da Teoria Institucional foram debatidos por Meyer e Rowan (1977), os quais alegavam que a apropriação de procedimentos análogos entre organizações remete a uma busca por maior legitimidade e eficiência em sua atuação. Tal afirmação é ratificada nos estudos de Goddard, Assad, Issa, Malagila e Mkasiwa (2016), cujas assertivas foram direcionadas especificamente para as condutas no meio contábil.

Sob uma perspectiva semelhante, DiMaggio e Powell (1983) destacam que, dentre outras abordagens, o setor público possui aspectos de racionalidade formal, forte atuação governamental e regras institucionalizadas, de modo que a interação e o comportamento similar entre as organizações se torna mais evidente. Estes autores trouxeram reconhecidas contribuições para o desenvolvimento da Teoria Institucional e propuseram, inclusive, que o processo de burocratização é um dos responsáveis pela forma comum entre as organizações, algo recorrente no ambiente público.

Ao setor governamental, não recaem expressões como lucro ou clientes, típicos do ramo privado, todavia, o suporte teórico oferecido permite inferir, ainda se valendo dos estudos de DiMaggio e Powell (1983), que há a busca por legitimidade, mencionada anteriormente por Meyer e Rowan (1977). Ocorre que mecanismos como metas, desempenho e resultados também passam a ser discutidos no setor público e podem representar por meios das instituições auferirem maior legitimidade e eficiência.

No âmbito dos municípios paranaenses, amostra utilizada no presente estudo, é importante frisar que os fatores relacionados à conjuntura econômica e fiscal são assemelhadas de maneira que a comparabilidade entre os municípios pode ser facilitada. Ressalte-se que os recursos descentralizados são geridos pelos mesmos entes públicos e repartidos visando o desenvolvimento do estado de maneira equitativa.

Touron (2003) por sua vez, discorre sobre a forma como a estrutura organizacional resulta da conformidade com o ambiente que está inserida. O que traz à discussão as alegações feitas por Gooneratine e Hoque (2016), dado que, no âmbito público, por um lado

ocorre à busca por legitimidade, atendendo os pressupostos normativos, por outro, aspectos ambientais, possivelmente ligados a condições mercadológicas, também moldam a atividade institucional e tem implicações em seu desempenho.

Uma das características da Teoria Institucional se refere ao isomorfismo, o qual trata do processo que impulsiona determinados agentes a desempenhar o mesmo comportamento, nas mesmas condições, impostas pelo mesmo ambiente (DiMaggio & Powell, 1983). Tal característica se torna evidente no atendimento a pressupostos normativos, contudo, os autores citados anteriormente, ressaltam que aspectos mais sutis também podem ser fonte de coerção para comportamentos similares entre as instituições.

Meyer e Rowan (1977) tratam dessa influência em diversos aspectos, dentre os quais podem ser aproveitados na presente análise a estrutura, as atividades, bem como os ritos processuais. Sutheewasinnon, Hoque e Nyamori (2016) trazem ainda as perspectivas do ambiente externo, relativas a questões de ordem econômico e financeira.

Como expressado no aspecto teórico, nota-se que na nova administração pública, em especial no âmbito municipal, existem regramentos que norteiam a execução de atividades ligadas ao orçamento e finanças. Outrossim, o desenvolvimento econômico e fiscal é compartilhado pelos municípios paranaenses, de maneira que o contexto político e econômico cria condições de comparação e isomorfismo entre as novas administrações municipais.

A atuação governamental tem relação com tais fatores, haja vista que sofre interferências diretas da situação econômica como fonte de recursos que financiam suas atividades, bem como no respeito e atendimento às determinações legais e demais instrumentos normativos. Esse conjunto sistêmico é descrito por Meyer e Rowan (1977) como a maneira que a organização precisa adaptar sua estrutura e rotina de trabalho às redes de relacionamento.

No isomorfismo coercitivo o ambiente institucional costuma ser fortalecido pelo relacionamento entre suas unidades, tornando-as mais estáveis e controláveis. Tal afirmação recai a Meyer e Rowan (1977), de semelhante maneira, os estudos de DiMaggio e Powell (1983), também denotam a estruturação do campo de atuação como resultado à forma como as instituições moldam seu envolvimento.

Dias Filho e Moura (2013) permitem complementar esse entendimento, citando como exemplo a obrigatoriedade de aceitação e cumprimento de normas e demais determinações de ordem jurídicas. Mais especificamente no âmbito do setor público, Carpenter e Feroz (2001) afirmaram que a Teoria Institucional está presente na atuação contábil no atendimento regado às normas cabíveis.

O suporte teórico aos fenômenos em questão acentua-se, de acordo com o entendimento de Toledo Filho e Oliveira (2007), no sentido que os modelos contemporâneos de contabilidade tem-se adaptado as imposições legais, ampliando seu controle e transparência, dando visibilidade a todas as etapas do ciclo orçamentário. Além de fornecer ferramentas à tomada de decisão pelos gestores públicos e apresentação à sociedade de todo o comportamento relacionado a gestão fiscal. Entretanto, DiMaggio e Powell (1983) ainda discorrem sobre aspectos mais sutis envoltos no ambiente que influenciam as práticas institucionais. Para tanto, são exemplificadas as circunstâncias relativas à situação fiscal, econômica, financeira, dentre outros.

Posto isso, Freitas e Freitas (2013) destacam que o ambiente institucional condiciona determinadas instituições a atuarem em um ambiente rígido, expresso por imposições legais e normas fiscalizadoras, tornando-as sistematicamente padronizadas à forma como agir. Assim, a contabilidade não pode se afastar da conjuntura social em que opera, pelo contrário, deve ser utilizada como um instrumento de atuação (Dias Filho & Moura, 2013).

Os estudos de Meyer e Rowan (1977) já apontavam que compartilhar o mesmo ambiente de negócios, cria uma troca de atividades análogas entre organizações. Gooneratne e

Hoque (2016) exemplificam, afirmando que a Teoria Institucional tem sido utilizada para explicar de modo que variáveis externas, como normas governamentais, ideologias, grupos profissionais e demais fatores, impactam a estrutura e processos contábeis, de forma que a gestão contábil tem sido objeto de hábitos isomórficos.

Dentre os aspectos externos, a configuração econômica também pode influenciar as práticas contábeis (Gooneratne & Hoque, 2016). O que permite compreender como a dependência de recursos para manter suas atividades em um momento de estresse fiscal, pode afetar a atuação governamental, conforme apontam Carpenter e Feroz (2001).

A partir de tais pressupostos, é possível compreender que, além de aspectos normativos que criam a obrigatoriedade de adoção de determinadas práticas. O ambiente pode criar situação mais tênues, como afirmam DiMaggio e Powell (1983) ao discorrer sobre a forma como instituições que dependem das mesmas fontes de recursos, mesmas características de formação e legitimidade podem ser mais parecidas do que outras que não partilham dos mesmos fatores.

Assim, as demandas da sociedade e seu relacionamento com as organizações criam um contexto altamente institucionalizado, cujas atividades passam a auferir maior legitimidade e estabilidade. Do mesmo modo, autoridades legislativas e, por vezes, judiciárias, criam regras que acabam se tornando práticas comuns entre as organizações (Meyer & Rowan, 1977). Além de fatores econômicos e sociais que enlaçam os municípios paranaenses nas circunstâncias de provimento e dispêndio de recursos, há que se mencionar a crescente padronização de normas contábeis.

## 2.2 Receita pública

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2017) destaca que a partir do orçamento, o qual constitui uma peça fundamental como instrumento de planejamento, são previstos os ingressos, bem como a destinação de recursos, em um determinado período de tempo.

Angélico (2014) trata dos problemas envoltos na estimação dos valores a serem arrecadados e dispostos pela Lei Orçamentária, de modo que seu cálculo envolve um trabalho relevante e de responsabilidade, pois trata de métodos e procedimentos para analisar as condições do ambiente que favorecem ou dificultam a arrecadação, bem como a mensuração dos prováveis valores.

Por sua vez, Figueirêdo e Nóbrega (2007) apontam que, segundo a LRF a previsão da receita deve considerar questões como as normas técnicas e legais, condições econômicas e demais fatores relevantes. Para tanto, devem ser acompanhados de demonstrativos da evolução nos últimos três anos, projeção para os próximos dois a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas. Ou seja, com base na Teoria Institucional e se valendo das afirmações de Toledo Filho e Oliveira (2007), as entidades dentro da administração pública acabam, de forma natural, aproximando suas atividades, tendo em vista que se trata de um corpo unificado que gerencia os recursos advindos da sociedade. Além de serem geridos por regramentos assemelhados e terem de dispor informações ao mesmo grupo de interessados.

Cabe ressaltar que a Lei 4.320/64 estabelece que pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas e não, necessariamente, recolhidas. O MCASP (2017) observa que algumas receitas podem não apresentar todas as etapas. Por exemplo, o ingresso de receitas que não foram inicialmente previstas que acabam passando pela etapa da previsão.

Angélico (2014) discorre sobre resíduos não arrecadados, referentes aos créditos reconhecidos, mas não recolhidos, gerados por um número razoável de contribuintes faltosos. A mensuração do montante dessas receitas considera o valor da receita lançada e não arrecada, produzindo um saldo de receitas a arrecadar.

A execução da política fiscal, visando o controle e estabilidade econômica, pode se manifestar mediante a variação do emprego de recursos públicos em consumo ou investimento (Nascimento, 2006). Ou ainda, aliada a discussão do presente estudo, pode ser verificada, de forma indireta, pela alteração em alíquotas tributárias, as quais impactam na formação de riqueza no âmbito privado, e modificam a composição das receitas a serem arrecadadas.

Entretanto, tendo em vista o disposto pela Teoria Institucional, especialmente os achados ligados aos trabalhos de DiMaggio e Powell (1983), a partir do momento que as instituições adotam práticas similares, de modo que auferir maior legitimidade em suas ações, é possível que hajam impactos na forma como são geridas as receitas e despesas no âmbito governamental.

Assim, dentre os riscos fiscais presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível destacar os riscos orçamentários, os quais tratam da possibilidade da não realização das receitas ou despesas inicialmente almejadas. Ou seja, o estado deve assumir que durante a execução orçamentária podem ocorrer percalços que dificultem o atingimento dos valores orçados (Figueirêdo & Nóbrega, 2007).

Quanto à receita arrecadada, Albuquerque, Medeiros & Feijó (2013) destacam, por exemplo, a ocorrência de fatos imprevisíveis quando da programação orçamentária como a mudança no nível de atividade econômica, mudanças legislativas e alteração nas taxas de inflação. Nestas situações, a arrecadação de impostos é diretamente afetada e ações devem ser tomadas pelos gestores públicos no intuito de minimizar seu impacto nas atividades do governo.

### 2.3 Dívida Ativa

Segundo a definição dada pela Lei 4.320/64, a dívida ativa corresponde aos créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que receberão o devido tratamento contábil como receita do exercício em que forem arrecadados, bem como, nas respectivas rubricas orçamentárias.

De acordo com a legislação supracitada, há uma separação entre os créditos provenientes de natureza tributária e não tributária, conforme classificação dada pelo artigo 39, parágrafo segundo. De modo que os créditos decorrentes de obrigação legal, relativos a tributos, incluso os respectivos adicionais e multas cabíveis, são denominados tributários.

Por outro lado, os demais créditos são exemplificados pelo texto legal como empréstimos compulsórios, multas, aluguéis, taxas de ocupação, custas processuais, serviços prestados por estabelecimentos públicos, dentre outros

Os créditos inscritos em dívida ativa recebem registro próprio, condicionados a apuração de sua liquidez e certeza na forma da referida lei. Neste ponto, Slomski (2013) traz uma importante reflexão sobre o tratamento contábil dado ao fenômeno em questão, haja vista que o registro dar-se-á em conta do ativo, cujo conceito remete ao potencial de benefícios econômicos que fluirão para a entidade. Desta forma, o autor entende que deveriam ser registrados somente os valores pactuados com o contribuinte em foro administrativo ou judicial, dado os valores e prazos previamente definidos.

Rossi e Santos (2016) afirmam que após a criação do MCASP, buscou-se uma maior padronização, em todos os níveis de governo, para consolidação de conceitos, regras e procedimentos ligados à contabilização no setor público. Entendimento similar ao amparo fornecido pela Teoria Institucional no aspecto em questão do isomorfismo coercitivo.

Os autores Vicente e Nascimento (2012), apresentam uma percepção consoante às determinações presentes junto ao MCASP, no sentido que a gestão da receita tributária está amparada por uma série de regramentos que estabelecem formas específicas ao gestor de compensar receitas ou diminuir despesas. Contudo, a gestão da dívida ativa esbarra em dificuldades de realização dos valores vencidos, razão pela qual se permite a concessão de benefícios fiscais aos créditos tributários em cobrança.

Após a observância de não recebimento do crédito no prazo estabelecido, cabe ao órgão ou entidade encaminhá-lo para inscrição em dívida ativa, com atenção aos prazos e demais procedimentos cabíveis. Sua contabilização configura um fato contábil permutativo, dado que ocorre uma troca entre o crédito a receber não inscrito pelo crédito inscrito em dívida ativa, de maneira que o patrimônio líquido da entidade não se altera. Ademais, é feita a troca do crédito a receber no ativo circulante pelo crédito de dívida ativo no ativo não circulante, tendo em vista que a condição de inadimplência não permite concluir sobre o prazo de recebimento (Mota, 2009).

Existem ainda situações em que a baixa do crédito inscrito em dívida ativa pode ser registrada. O primeiro motivo trata do recebimento em espécie, razão pela qual ocorre o lançamento de quitação do débito de terceiros no ativo com as contas de disponibilidades. Cabe ressaltar que, nesta situação, tanto o principal quanto os demais encargos correspondentes serão vinculados ao crédito original (MCASP, 2017).

Além disso, o MCASP (2017) discorre sobre a obrigação de o ente adotar uma metodologia para mensuração desses valores, do mesmo modo que a memória de cálculo dos ajustes devem ser divulgados em notas explicativas. Segundo o manual, cabe ressaltar que essa mensuração precisa se basear em estudos especializados de maneira que o patrimônio do ente público não seja superestimado ou subavaliado.

## 2.4 Indicadores Econômicos e Sociais

Os indicadores econômicos e sociais utilizados neste estudo foram selecionados com base na literatura, relevância, dados disponíveis e atualidade das informações.

O Produto Interno Bruto, conforme Degenhart, Vogt e Hein (2014), é um indicador fundamental em qualquer análise econômica, pois seus resultados abrangem todos os fatores relacionados à atividade econômica de determinada região.

O Mercado de Trabalho é um relevante termômetro da economia e da qualidade de vida da população, visto que seus resultados refletem a percepção de empresários e trabalhadores em relação à situação econômica do país, ao desemprego e a maiores ou menores dificuldades em conseguir uma ocupação. Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017).

O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), por sua vez, foi selecionado como alternativa ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), tendo em vista que este utiliza dados do CENSO do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o que acaba por defasar seus resultados, vez que o último levantamento censitário ocorreu em 2010. Posto isso, cumpre destacar que o IPDM é cálculo com base em três dimensões principais ligadas ao desenvolvimento econômico e social, a saber, o emprego, renda e produção agropecuária; educação; e saúde. (IPARDES, 2018).

No que se refere às Receitas Orçamentárias, sua utilização é importante, pois, como destacado pelo MCASP (2017), trata-se de um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou mesmo privada, dado que mensuram o fluxo de ingressos de recursos em determinado período. Com base na plataforma disponibilizada pelo IPARDES (2018), as receitas utilizadas no presente estudo seguiram o trâmite legal para arrecadação, sendo que os valores amplos não se preocupam em discriminar receitas correntes e de capital.

Uma variável social importante, que pode mensurar o tamanho dos municípios com o intuito de diferenciá-los, refere-se ao tamanho da população, já utilizado em estudos similares (Fernandes & Fernandes, 2017; Perosa, Leite Fonseca & Lebaron, 2016; Bogoni, Hein & Beuren, 2011). A respeito do tamanho da população os dados estimados anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística buscam atender demandas de diversos tribunais de contas e se referem à população estimada de residentes em 01/2017 (IPARDES, 2018).

O desempenho financeiro, apesar não possuir uma definição uníssona, é tratado pelo IPARDES (2018), como o conjunto de receitas correntes tributárias transferidas pela união e pelo governo do estado, além de evidenciar os valores de dispêndios com investimentos e despesas com custeio frente ao volume total arrecadado.

Do mesmo modo o Valor Adicionado Fiscal retrata outra variável que não possui uma definição comungante, mas é tratada de forma assemelhada em outros trabalhos (Soares, Gomes & Toledo Filho, 2011). Neste caso, sua mensuração corresponde à diferença entre as saídas de mercadorias, adicionado ao valor aos serviços tributados pelo ICMS, bem como o valor de entrada de mercadorias e serviços em um exercício financeiro (IPARDES, 2018).

Quanto ao financiamento privado de atividades de cunho estatal, Santos e Pinheiro (2011) abordaram aspectos relacionados a parcerias com instituições privadas, de maneira análoga a variável em questão, a qual mensura o volume de financiamentos concedido por instituições financeiras que incentivam as atividades empresariais e agropecuárias (IPARDES, 2018).

Por fim, quanto ao valor adicionado a produtos remete a saída de mercadorias, adicionado ao custo de transportes e deduções de entradas de mercadorias e insumos utilizados (IPARDES, 2018). Ou seja, pode ser utilizado para medir qual o incremento adicionado aos produtos e, na presente análise, foi utilizado como alternativa aos indicadores de inflação. Apresentadas as variáveis analisadas, é importante mencionar que, com base nas afirmações de Jannuzzi (2002), é recorrente e perspicaz o uso de indicadores sociais na avaliação de políticas públicas municipais. Destaca-se ainda que, o suporte ofertado pela Teoria Institucional, mencionado em estudos anteriores (Dias Filho & Moura, 2013; Goddard, Assad, Issa, Malagila & Mkasiwa, 2016; Peci, 2006; DiMaggio & Powell, 1983) ressaltam a forma como instituições públicas apresentam condições isomórficas, em especial no atendimento a regramentos impositivos, mas também na busca por legitimidade e eficiência. O que pode ser agravado pelo compartilhamento de condições econômicas e sociais.

### 3 Hipóteses

Para verificar a relação entre os indicadores analisados e o volume de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos municípios paranaenses, foram criadas duas hipóteses, de maneira que o resultado permita evidenciar a relação abordada sobre o contexto teórico. Deste modo, em atendimento a questão de pesquisa, busca-se identificar se o comportamento dos indicadores econômicos e sociais inferem no comportamento do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada. Para tanto, são formuladas as seguintes hipóteses:

**H<sup>0</sup>** – Maiores volumes de dívida ativa não correspondem a níveis elevados dos indicadores abordados.

**H<sup>1</sup>** – O volume de dívida ativa é afetado quando os indicadores abordados estão elevados.

Ou seja, almeja-se verificar se que as condições econômicas e sociais verificadas nos municípios analisados estimulam o montante de dívida ativa inscritas pelos municípios em tela. Ressalta-se que a Teoria Institucional (DiMaggio & Powell, 1983; Goddard, Assad, Issa,



Malagila & Mkasiwa, 2016) alega que, no âmbito público, características exógenas e regras institucionais tornam o nível de interação e isomórfica mais elevados.

#### 4 Metodologia

Para construção da presente análise foram considerados os indicadores que busquem demonstrar o desempenho da atividade econômica de maneira ampla nos municípios paranaenses. De forma semelhante, o contexto social foi utilizado como parâmetro na escolha dos municípios, haja vista que, embora hajam desigualdades, buscou-se uma base mais homogênea, dentro das especificidades de cada localidade. O objetivo da pesquisa foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015.

Quadro 1 - Funcionamento das Variáveis

Variável	Objetivo	Hipótese	Revisão de Literatura
Dívida Ativa	Variável Dependente; Mensura o volume de dívida ativa com a receita a ser arrecadada demonstrada no balanço patrimonial	Há uma variação positiva entre os níveis de estoque de dívida ativa e os indicadores econômicos e sociais	Severo e Lima (2016); Rossi e Santos (2016); Slomski (2013).
PIB	Variável Independente; Demonstra o montante produzido internamente em cada município avaliado	Correlação positiva entre o crescimento do PIB e do volume de dívida ativa	Marino, Soares, De Luca, Vasconcelos (2016); Fernandes e Fernandes (2017); Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011); Soares, Gomes, Toledo Filho (2011); Bogoni, Hein, Beuren (2011); Scarpin e Slomski (2007).
Empregos	Variável Independente; Indicador que expõe o nível de produção de empregos em determinado período e município	Correlação positiva entre o número de empregos e o volume de dívida ativa	Perosa, Leite, Fonseca, Lebaron (2016); Vertakova, Plotnikov, Fedotova (2016); Valenti, Kimpara, Preto, Moraes-Valenti (2018); Cârstina (2014).
IPDM	Variável Independente; Índice que mede o desenvolvimento em dimensões sociais nos municípios paranaenses	Correlação positiva entre o IPDM e o volume de dívida ativa	Zuccolotto e Teixeira (2014); Marino, Soares, De Luca, Vasconcelos(2016); Perosa, Leite, Fonseca, Lebaron (2016); Scarpin e Slomski (2007).
Receita Orçamentária	Variável Independente; Mensurada pelo ingresso de recursos em determinado período	Correlação positiva entre a arrecadação e o volume de dívida ativa	Zuccolotto e Teixeira (2014); Fernandes e Fernandes (2017); Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011); Soares, Gomes, Toledo Filho (2011); Scarpin e Slomski (2007).
População	Variável Independente; Estimada pelo tamanho da população em cada exercício	Correlação positiva entre o tamanho da população e o volume de dívida ativa	Fernandes e Fernandes (2017); Perosa, Leite, Fonseca, Lebaron (2016); Bogoni, Hein, Beuren (2011).
Desempenho Financeiro	Variável Independente; Receitas Correntes relacionadas aos dispêndios com investimentos e despesas Correntes	Correlação positiva entre o desempenho financeiro e o volume de dívida ativa	Fernandes e Fernandes (2017); Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011); Bogoni, Hein, Beuren (2011); Scarpin e Slomski (2007); Vertakova, Plotnikov, Fedotova (2016).

Valor Adicionado Fiscal	Variável Independente; Saídas de mercadorias acrescido pelas prestações de serviços tributáveis	Correlação positiva entre o VAF e o volume de dívida ativa	Dumitrescu e Sopu (2016); Soares, Gomes, Toledo Filho (2011)
Investimento Privado	Variável Independente; Volume de financiamentos ligados à agricultura e pecuária	Correlação positiva entre o montante de financiamentos privados e o volume de dívida ativa	Vertakova, Plotnikov, Fedotova (2016); Santos e Pinheiro (2011); Melo-Silva (2016).
Valor Adicionado Bruto	Variável Independente; Saídas de mercadorias deduzidos pelos custos de aquisição, processamento e entrega	Correlação positiva entre o valor adicionado bruto e o volume de dívida ativa	Dalmonech, Teixeira, Sant'Anna (2011); Vicente e Graminho (2015); Fischer e Summers (1989); Ascari e Sbordone (2014); Capistran e Ramos-Francia (2010).

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

A coleta dos dados consistiu em uma consulta ao sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da plataforma FINBRA (2018), a qual disponibiliza, em seu menu de contas atuais, os dados relativos aos saldos das contas evidenciadas no balanço patrimonial dos entes públicos, dentre os quais, os municípios pleiteados.

As demais variáveis foram coletadas com o auxílio da plataforma estendida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2018), cuja base de dados permitiu que fossem criados relatórios específicos, conforme a demanda de variáveis agregadas no presente estudo, bem como dentro do lapso temporal aplicado, compreendido entre os anos de 2010 a 2015.

Após a coleta, os dados foram tabulados com o uso da suíte de escritório *LibreOffice – Calc*, versão 5.4.6.2 de modo que cada variável, município e período de tempo fossem distribuídos em uma estrutura de dados em painel, conforme modelo apresentado por Fávero e Belfiore (2017). As demais análises estatísticas foram realizadas pelo software econométrico Gretl 2018a, o qual permite a consolidação e tratamento estatístico dos dados em modelo linear de regressão para dados em painel, cujas características, descritas por Fávero e Belfiore (2017) remontam a amostras que possuem diversos agentes, acompanhados em mais de um período de tempo e a variável dependente, tratada como o fenômeno principal é representada de modo métrico. Deste modo, o Quadro 1 demonstrar o funcionamento das variáveis, bem como apresenta quais os indicadores utilizados, as hipóteses formuladas para cada variável, bem como estudos antecessores que utilizaram premissas similares.

Deste modo, poder-se-ia criar mecanismos análogos que mitiguem riscos e evitem desvios na arrecadação de receitas. Posto isso, os procedimentos metodológicos do presente estudo serão realizados conforme etapas descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Procedimentos de Análise

Etapa	Procedimento	Suporte Teórico
1	Estatísticas Descritivas	Fávero e Belfiore (2017); Fávero (2013).
2	Testes de confiabilidade do modelo	
3	Testes para escolha do modelo	
4	Determinação da significância de cada variável	
5	Determinação da Significância do modelo	

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

## 5 Análise de resultados

A amostra é composta em uma estrutura de 399 (trezentos e noventa e nove) unidades, distribuídas no período entre 2010 a 2015. O intervalo mencionado deve-se a disponibilidade dos dados, de forma que o maior período comum a todos as variáveis corresponde ao intervalo de seis anos.

Preliminarmente, verificou-se que alguns indicadores tratavam o conjunto de variáveis por meio de valores monetários em milhares de reais, já outros por índices ou ainda em números inteiros. Para tanto, foram aplicados logaritmos sobre as variáveis, com intuito de padronizar os dados provenientes da população. A partir disso, antes de iniciar a análise dos dados, cabe discorrer sobre suas características por meio das medidas de estatísticas descritivas.

### 5.1 Estatísticas Descritivas

Os valores relativos às medidas de tendência central estão dispostos, na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>D.P.</b>	<b>Mín</b>	<b>Máx</b>
DivAt	11,6000	11,4900	1,8960	0,9282	18,7600
DesFin	2,4280	2,4650	0,8242	-1,9660	4,7570
FinPri	16,8100	16,8300	1,3580	9,1930	21,3800
IPDM	-0,4771	-0,4563	0,1357	-1,1980	-0,1516
ValAdBru	12,1500	11,9700	1,2130	9,8210	18,0300
PIB	12,2300	12,0400	1,2400	9,8550	18,2400
População	9,3000	9,1410	1,0670	7,2380	14,4500
Receitas	17,0300	16,7900	0,9339	14,9700	22,6800
Trabalho	4,3960	4,3440	1,6880	0,0000	10,7600
ValAdFis	9,5910	9,6120	0,6354	6,6720	12,2800

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Nota-se que em todos os casos os valores referentes a média e mediana comportaram-se de maneira aproximada, indicando que a tendência de posição central pode estar de fato ocorrendo na distribuição.

Tabela 2 – Matriz de correlação

<b>DivAt</b>	<b>DesFin</b>	<b>FinPri</b>	<b>IPDM</b>	<b>ValAdBr</b>	<b>PIB</b>	<b>Popul</b>	<b>Receit</b>	<b>Trabl</b>	<b>ValAdFis</b>	
1,00	-0,82	0,34	0,26	0,82	0,82	0,84	0,36	0,64	0,07	<b>DivAt</b>
	1,00	-0,30	-0,27	-0,82	-0,82	-0,81	-0,37	-0,64	-0,08	<b>DesFin</b>
		1,00	0,34	0,47	0,47	0,38	0,21	0,29	0,42	<b>FinPri</b>
			1,00	0,30	0,31	0,13	0,13	0,26	0,55	<b>IPDM</b>
				1,00	1,00	0,94	0,44	0,70	0,25	<b>ValAdBr</b>
					1,00	0,94	0,44	0,71	0,25	<b>PIB</b>
						1,00	0,41	0,72	-0,03	<b>Popul</b>
							1,00	0,35	0,12	<b>Receit</b>
								1,00	0,07	<b>Trabl</b>
									1,00	<b>ValAdFis</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Não obstante, a amplitude dos dados demonstra uma dimensão pouco semelhante entre as variáveis, haja vista a distância entre o mínimo e o máximo da população. Tal amplitude gera reflexos que podem ser observados nos resultados de desvio-padrão, tendo em vista que os maiores valores correspondem as variáveis com maior amplitude. Contudo, não é possível afirmar que a população em análise possui uma grande variabilidade em torno da média.

Por meio da Tabela 2, verifica-se que existem variáveis que possuem níveis de correlação elevados, como é o caso entre a “População” com o “PIB” e com o “Valor Adicionado Bruto”. Por outro lado, também foram encontradas situações em que a correlação é negativa o que pode prejudicar a modelagem em questão.

Cabe ressaltar que a matriz de correlação apresenta fortes indícios de que a amostra possui problemas de multicolinearidade, entretanto, aplicar-se-ão testes específicos para verificação dessa situação.

## 5.2 Testes de confiabilidade

Como indicado anteriormente, foi verificada a presença de multicolinearidade entre as variáveis do estudo. Por meio do Fator de Inflação da Variância, apurou-se que os resultados relacionados ao “Valor Adicionado Bruto” (VIF = 1528, 84), ao “PIB” (VIF = 1587,19) e a “População” (VIF = 24,51) devem ser excluídos da amostra.

Quanto ao comportamento heterocedástico, aplicou-se o teste de White ( $X^2 > 107,232533$ ); p-valor = 0,000), o que comprovou que os resíduos não apresentam correlação com qualquer variável.

Também se lançou mão do teste de Shapiro-Wilk ( $W=0,988128$ , p-valor  $5,06456e-013$ ) garantindo o pressuposto de distribuição normal dos resíduos. Quanto a autocorrelação dos resíduos, Fávero e Belfiore (2017) destacam que é preciso constatar a evolução temporal dos dados, o que foi comprovado por meio do Teste de Durbin-Watson (1,83).

## 5.3 Testes para Escolha do Modelo

Com o intuito de identificar o modelo adequado para regressão mediante dados em painel, inicialmente será aplicado o teste F de Chow, que confirmou a ausência de heterogeneidade ( $F > 3,06302$ ), p-valor = 0,00331232), favorecendo a utilização do modelo de efeitos fixos, em detrimento ao modelo *POLS*.

A seguir, o teste Breush-Pagan, cujo resultado  $BP(1)=0,254746$ , com p-valor = 0,613753, indica que a variância entre os grupos não é significativa e propício ao modelo *POLS*, frente ao modelo aleatório.

Por fim, ainda resta debater a possibilidade de escolha entre a estimação por modelos fixos ou aleatórios, de maneira que o teste Hausman, com  $H(6) > 10,2579$ ), p-valor = 0,114203, permite concluir pela utilização da modelagem por efeitos fixos, indicando que os efeitos individuais não são aleatórios e não há similaridade estatística nos parâmetros entre os dois métodos (Fávero & Belfiore, 2017).

## 5.4 Determinação da Significância das Variáveis.

Conforme determinado no protocolo de análise, observa-se que apenas a variável relacionada ao volume de receitas não possui nível de significância desejado para explicar o comportamento da variância relacionada à Dívida Ativa, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados da Estimação por Efeitos Fixos

	<b>coeficiente</b>	<b>erro padrão</b>	<b>razão-t</b>	<b>p-valor</b>	
<b>const</b>	12,8299	0,9297	13,8000	0,0000	***
<b>DesFin</b>	-1,4435	0,0525	-27,5200	0,0000	***
<b>FinPriv</b>	0,1601	0,0279	5,7320	0,0000	***
<b>IPDM</b>	0,6176	0,2954	2,0910	0,0367	**
<b>Receitas</b>	0,0609	0,0372	1,6370	0,1019	
<b>Trabalho</b>	0,2171	0,0246	8,8330	0,0000	***
<b>ValAdFis</b>	-0,2222	0,0629	-3,5310	0,0004	***

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Portanto, zelando pelo rigor nos resultados esperados, optou-se pela retirada da variável “Receitas”, considerando que, em face dos pressupostos teóricos que alicerçam a escolha por variáveis econômicas e sociais, entende-se que os dados relativos ao “Desempenho Financeiro” e “Valor Adicionado Fiscal”, mantêm os fundamentos que impulsionaram a pesquisa.

Tabela 4 – Resultado da Estimação sem a Variável Receita

	<b>coeficiente</b>	<b>erro padrão</b>	<b>razão-t</b>	<b>p-valor</b>	
<b>const</b>	13,7654	0,7405	18,5900	0,0000	***
<b>DesFin</b>	-1,4682	0,0499	-29,4500	0,0000	***
<b>FinPriv</b>	0,1646	0,0275	5,9810	0,0000	***
<b>IPDM</b>	0,5303	0,2930	1,8100	0,0706	*
<b>Trabalho</b>	0,2241	0,0241	9,3060	0,0000	***
<b>ValAdFis</b>	-0,2213	0,0620	-3,5710	0,0004	***

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Desta forma, mantém-se a significância desejada entre as variáveis inseridas ao modelo, cabendo ainda determinar seu nível de explicação por meio do  $R^2$ , o que será apresentado na etapa seguinte.

### 5.5 Determinação da Significância do Modelo

Seguindo o protocolo de análise, cabe destacar que os resultados encontrados permitem uma análise global das variáveis explicativas, que apresentou o seguinte resultado:  $F(403, 1187) = 9,422627$ , com p-valor (F) = 0,0000.

Desta forma, considerando o p-valor inferior a 1%, rejeita-se a hipótese nula de que maiores volumes de dívida ativa não correspondem a níveis elevados dos indicadores abordados.

Outrossim, constata-se, por meio do  $R^2$ , que das variâncias encontradas nas variáveis independentes explicam 76,19% das variâncias observadas na variável dependente. Por sua vez o  $R^2$  ajustado, também se mostrou satisfatório com 67,62% de explicação. Nota-se, inclusive que não há multicolinearidade nos resíduos conforme o teste de Durbin-Watson (1,817298).

Em posse dos resultados encontrados, cabe trazer aqui as afirmações de Toledo Filho e Oliveira (2007), as quais alegam que as instituições dentro da administração pública tendem, naturalmente, a aproximar suas atividades, dado que partilham de aspectos análogos, desde a

necessidade de gerir os recursos avindos da sociedade, cumprir regramentos assemelhados e dispor informações ao mesmo grupo de interessados.

Ademais, conforme proposto pela Teoria Institucional, organizações que são colocadas sob os mesmos tipos de demandas, que recebem as mesmas fontes de financiamento e possuem objetivos similares, apresentam impactos isomórficos em seu comportamento (DiMaggio & Powell, 1983).

## 6 Considerações finais

A verificação do volume de Dívida Ativa com a receita a ser arrecada pelos entes públicos remete a função de planejar ações administrativas que minimizem os riscos fiscais de redução das receitas públicas, o que prejudicaria a atuação governamental.

Nesse sentido, o presente estudo procurou estabelecer variáveis que podem inferir no montante de dívida ativa dos municípios paranaenses. O objetivo da pesquisa foi verificar a relação entre indicadores econômicos e sociais com o volume do estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecadada pelos Municípios Paranaenses no período de 2010 a 2015.

A escolha por aspectos econômicos e sociais teve fundamento na Teoria Institucional, sob o ponto de vista que, especialmente no setor público, a conjuntura regulatória, econômica, bem como a demanda por maior *accountability* é compartilhada, criando um ambiente isomórfico coercitivo que visa formalizar e garantir a legitimidade das ações municipais.

Assim, com fundamento nos pressupostos institucionais, o estudo permitiu que tais variáveis fossem utilizadas na previsão das receitas que deixaram de ser arrecadadas nos exercícios. Para tanto, as variáveis relacionadas ao desempenho financeiro, financiamento privado, desenvolvimento humano, mercado e trabalho e valor adicionado se mostraram relevantes e influentes no resultado do estudo. Portanto, ao responder à questão de pesquisa, verifica-se que os indicadores supracitados, possuem relação com o estoque de dívida ativa com a receita a ser arrecada pelos municípios paranaenses.

Os resultados encontrados permitem ao gestor público estimar grande parte do volume de Dívida Ativa a ser inscrita, tendo como base aspectos econômicos e sociais, atuando de maneira preventiva e corretiva para minimizar o impacto deste fenômeno na apropriação de receitas pelo ente público.

O limitador da pesquisa foi o lapso temporal analisado de 2010 a 2015 que precisa ser ressaltado, de maneira que outras variáveis poderiam ser incluídas ampliando o potencial explicativo do modelo. Portanto, sugerimos para futuras pesquisas que a amostra seja ampliada a outros estados e municípios para verificar o viés regional e o lapso temporal que poderá influenciar na determinação do resultado como oportunidade para novos estudos.

## REFERÊNCIAS

- Albuquerque, C.M., Medeiros, M.B., & Feijó, P.H. (2013). *Gestão de Finanças Públicas*. (3ª ed). Brasília: Gestão Pública
- Angélico, J. (2014). *Contabilidade Pública*. 8 ed. 17 reimpr. São Paulo: Atlas.
- Ascari, G. & Sbordone, A.M. (2014). The Macroeconomics of Trend Inflation. *Journal of Economic Literature*, 52(3), 670-739.
- Bogoni, N.M.; Hein, N.; Beuren, I.M. (2011). Análise da Relação Entre Crescimento Econômico e Gastos Públicos nas Maiores Cidades da Região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*. 45(1), 159-179.
- Capistran, C. & Ramos-Francia, M. (2010). Does Inflation Targeting Affect the Dispersion of Inflation Expectations? *Journal of Money, Credit and Banking*, 42(1), 113-134.

- Carpenter, V.L. Feroz, E.H. (2001). Institutional Theory and Accounting Rule Choice: An Analysis of four US State Governments Decisions to Adopt Generally Accepted Accounting Principles. *Accounting, Organizations and Society*. 26(2001), 565-596.
- Cârstina, L.N.S. (2014). Analysis of the Correlation Between Minimum Wage Levels in the Country, Indicators of Social Protection and Poverty Threshold. *Procedia Economics and Finance*. 8(1), 505-509.
- Coelho, M.C.; Cruz, F.; Platt Neto, O.A. (2011). A informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social. *Revista Contabilidade Vista e Revista*. 22(3), 163-184.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 06 outubro, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Dalmonech, L.F. Teixeira, A.; Sant'Anna, J.M.B. (2011). O Impacto Ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 nas Finanças dos Estados Brasileiros. *Revista de Administração Pública*. 45(4), 1173-1196
- Degenhart, L., Vogt, M., & Heinn N. (2014). Análise da Relação do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado de Santa Catarina com as Demonstrações do Valor Adicionado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11 (24), 125-142.
- Dias Filho, J.M. Moura, F.V. (2013). Evidências de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise á luz da Teoria Institucional. *Revista Universo Contábil*. 9(3), 06-21.
- DiMaggio, P.J. & Powel, W.W. (1983). The Iron cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*. 48(2), 147-160.
- Dumitrescu, P.A. & Sopolu, M.R. (2016). Financial – Economic Indicators – Vectors of Budgetary performance. Case Study Romania. *Procedia Economics and Finance*. 39(1), 833-839.
- Fávero, L.P. (2013). Dados em painel em Contabilidade e Finanças: teoria e aplicação. *Brazilian Business Review*, 10(1), 131-156.
- Fávero, L.P.; Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fernandes, I.F.A.L. & Fernandes, G.A.A.L. (2017). A Importância do Crescimento Econômico na Escolha do Chefe Executivo no Brasil. *Revista de Administração Pública*. 51(4), 653-688.
- FGV. (2017). Mercado de Trabalho. Fundação Getúlio Vargas. Recuperado de <http://portalibre.fgv.br/>
- Figueirêdo, C.M.C.; Nóbrega, M.A.R. (2007). *Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria, jurisprudência e questões*. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- FINBRA. (2018). Secretaria do Tesouro Nacional. Recuperado em 30 abril, 2018, em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=RbJbn7pHDQjO6IxTEGHjq52V.node2>
- Fischer, S. & Summers, L.H. (1989). Should Governments Learn to Live with Inflation? *The American Economic Review*. 79(2), 382-288.
- Freitas, A.F. Freitas, A.F. (2013). Análise Institucional de Mudanças Organizacionais em um Sistema Cooperativo de Crédito Solidário em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*. 47(4), 999-1019.
- Giambiagi, F.; Além, A.C.D. (2000). *Finanças Públicas*. 2 ed. 10 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Goddard, A. Assad, M. Issa, S. Malagila, J. Mkasiwa, T.A. (2016). The two publics and institutional theory – A study of public sector accountig in Tanzania. *Critical Perspective on Accounting*. 40(1), 8-25.
- Gooneratne, T.N. Hoque, Z. (2016). Institutions, Agency and the Institutionalization of Budgetary Control in a Hybrid State-Owned Entity. *Critical Perspective on Accounting*. 36(2016), 58-70
- IPARDES (2018). Base de Dados do Estado – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Recuperado em 30 abril, 2018, em <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

- Jannuzzi, P.M. (2002). Considerações Sobre o Uso, Mau Uso e Abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais. *Revista de Administração Pública*. 36(1), 51-72.
- Lei Complementar N° 101, de 04 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 8 outubro, 2017, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)
- Lei N° 4.320, de 17 de março de 1964. (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF. Recuperado em 08 outubro, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)
- Marino, P.B.L.P.; Soares, R.A.; De Luca, M.M.M.; Vasconcelos, A.C. (2016). Indicadores de Governanças Mundiais e sua Relação com os Indicadores Socioeconômicos dos Países do BRICS. *Revista de Administração Pública*. 50(5), 721-744.
- MCASP. (2017). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (8ª ed). [Manual]. Ministério da Fazenda. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional.
- Melo-Silva, G. (2016). Redes de Investimento e o Financiamento de Campanhas em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*. 50(4), 689-709.
- Meyer, J.W. Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *The American Journal of Sociology*. 83(2), 340-363.
- Mota, F.G.L. (2009). Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública
- Nascimento, E.R. (2006). Gestão Pública: Tributação e Orçamento; Lei de Responsabilidade Fiscal; Tópicos em Contabilidade Pública; Gestão Pública no Brasil, de JK a Lula; Administração Financeira e Orçamentária; Finanças Públicas nos Três Níveis de Governo. São Paulo: Saraiva.
- Peci, A. (2006). A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE*. 4(1), 1-12.
- Perosa, G.S.; Leite, C.K.S.; Fonseca, F.C.P.; Lebaron, F. (2016). Patologias Sociais na Metrópole de São Paulo: Análise Socioespacial de Indicadores nas Subprefeituras. *Revista de Administração Pública*. 50(4), 635-657.
- Rossi, G.A. & Santos, W.J.L. (2016). Peculiaridades da Arrecadação e Cobrança da Dívida Ativa na Administração Pública. *Revista Ambiente Contábil*. 8(1), 205-225.
- Santos, M.S. & Pinheiro, I.A. (2011). Governo – Um Aliado nem Sempre Lembrado pela Empresas na Hora de Desenvolver as Atividades de P&D. *Revista de Administração Pública*. 45(5), 1463-1483.
- Scarpin, J.E. & Slomski, V. (2007). Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná: Instrumento de Controladoria para a Tomada de Decisões na Gestão Governamental. *Revista de Administração Pública*. 41(5), 909-933.
- Severo, P. R. & Lima, D.V. (2016). Uma Discussão Sobre a Natureza Contingente e o Critério de Reconhecimento da Dívida Ativa da União. *Revista Ambiente Contábil*, 8(2), 213-232.
- Slomski, V. (2013). Manual de Contabilidade Pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Soares, M.; Gomes, E.C.O.; Toledo Filho, J.R. (2011). A Repartição tributária dos recursos do ICMS nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba. *Revista de Administração Pública*. 45(2), 459-481.
- Sutheewasinnon, P.; Hoque, Z.; Nyamori, R.O. (2016). Developmente of a Performance Management System in the Thailand Public Sector: Isomorphism and Role and Strategies of Institutional Entrepreneurs. *Critical Perspective on Accounting*. 40(2016), 26-44.
- Toledo Filho, J.R. & Oliveira, A. (2007). Análise do Sistema de Contabilidade Pública como Suporte ao Controle do Ciclo Orçamentário dos Municípios da Região metropolitana de Curitiba/PR. *Contabilidade Vista e Revista*. 18(3), 81-105.



- Touron, P. (2003). The Adoption US GAAP by French Firms Before the Creation of the International Accounting Standard Committee: An Institutional Explanation. *Critical Perspective on Accounting*. 16(2005), 851-873.
- Valenti, W.C.; Kimpara, K.M.; Preto, B.L.; Moraes-Valenti, P. (2018). Indicators of Sustainability to Asses Aquaculture Systems. *Ecological Indicators*. 88(1), 402-413.
- Vertakova, Y.; Plotnikov, V.; Fedotova, G. (2016). The System of Indicators for Indicative Management of a Region and its Clusters. *Procedia Economics and Finance*. 36(1), 184-191
- Vicente, E.F.R. & Nascimento, L.S. (2012). A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 6(14), 106-126.
- Vicente, J.V.M. & Graminho, F. M. (2015). Decompondo a Inflação Implícita. *Revista Brasileira de Economia*, 69(2), 263-284.
- Zuccolotto, R. & Teixeira, M.A.C. (2014). As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos Estados Brasileiros. *Revista Contabilidade e Finanças*. 25(66), 242-254.